

APONTAMENTOS GEO-HISTÓRICOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM DO DISTRITO DE PORTO MENDES, MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR

Maristela Denise MORESCO

Departamento de Geografia - Faculdade Estadual
de Ciências e Letras de Campo Mourão
(FECILCAM) Av. Comendador Norberto
Marcondes, 733 – Campo Mourão (PR) CEP
87303-100.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Geografia (UEM) e integrante do Grupo
Multidisciplinar de Estudos Ambientais (GEA) da
Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon.
E-mail: moresco.geografia@yahoo.com.br.

Resumo: Momentos e aspectos históricos diferentes apresentam distintas formas de relacionamento entre a sociedade e o meio físico. Neste sentido, a paisagem pode refletir esta relação, porém nem sempre de modo visível, uma vez que está em constante evolução. O presente estudo geo-histórico possibilita neste contexto, demonstrar a dinâmica que envolve a constituição da paisagem do distrito de Porto Mendes, a partir da influência antrópica, resgatando e discutindo diferentes aspectos de uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: História, paisagem, uso e ocupação.

Abstract: Different moments and historical aspects present distinct forms of relationship between the society and the environment. In this direction, the landscape can reflect this relation, however not always in visible way, once that is in constant evolution. The present study geo-historic it makes possible in this context, to demonstrate the dynamics that involves the constitution of the landscape of the district of Porto Mendes, from the influence by the human being, rescuing and arguing different aspects of using and occupation of the soil.

Key words: History, landscape, use and occupation.

A PAISAGEM

A paisagem pode ser considerada como um agente ativo e passivo, pois, ao mesmo tempo em que condiciona certas situações, é condicionada a partir da ação humana que altera algumas condições naturais. Dessa forma, ao ser modificada possibilita novas alterações, que conseqüentemente, atingem a própria sociedade.

Pode ser contemplada também, como um espaço em que se reproduz algum tipo de vida e, portanto, deve-se ponderar o processo histórico de ocupação desse espaço e suas transformações, tendo em vista o entendimento de sua dinâmica em cada período. Esta maneira de se abordar a paisagem, possibilita verificar que o grau de alteração que um determinado ambiente apresenta está intimamente relacionado com os diferentes modos de produção e/ou forma de ocupação que sofreu ao longo do tempo. Neste sentido, o grau de exploração de qualquer ambiente está em posição paralela ao desenvolvimento tecnológico, científico e econômico de uma sociedade, sendo o processo de alteração do meio, portanto, uma questão social, e por isso, deve ser trabalhada considerando os modos de vida, de produção e de reprodução de cada comunidade (COELHO, 2004).

Diante disso, tornam-se necessários estudos sobre o ambiente, de maneira que sua exploração possa ser planejada e acompanhada, pois a concepção economicista do meio como fonte de recurso, não pode constituir-se como única mediante as políticas de desenvolvimento, uma vez que, a atividade humana põe em risco assim, a sua própria estabilidade.

Para Ab'Saber (1994), é preciso conhecer o funcionamento dos fluxos da natureza e toda história e formas de ocupação dos espaços criados pelos homens tendo em vista a previsão dos impactos ambientais. Corroborando neste sentido, Ross (1996) descreve que os sistemas ambientais, face às intervenções humanas, apresentam fragilidades variadas em função das características genéticas do ambiente e ainda, que a intensidade da exploração estaria relacionada com o desenvolvimento tecno-científico e econômico.

A fragilidade do ambiente está assim, associada tanto ao potencial ecológico como à exploração antrópica, onde, no momento que a exploração ultrapassa os limites do potencial ecológico, o sistema torna-se suscetível ao desencadeamento de novos processos, ou mesmo a intensificação daqueles já existentes, implicando em transformações na constituição da paisagem. Estas transformações por sua vez, vão influenciar na qualidade natural do meio, levando a sua desestabilização e, conseqüentemente, atingindo a qualidade de vida da população.

O estudo geo-histórico possibilita neste sentido, demonstrar a dinâmica que envolve a constituição da paisagem a partir da influência antrópica, resgatando

e discutindo diferentes aspectos de uso e ocupação do solo, os quais contribuem significativamente para a “construção” de um determinado ambiente.

Recorta-se assim, como área de estudo, o distrito de Porto Mendes, pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon (Oeste do Estado do Paraná). O processo de constituição da paisagem do distrito, a partir dos diferentes momentos históricos, provocaram mudanças na paisagem que viabilizaram dinâmicas próprias em relação ao restante do município, sofrendo tanto alterações nos aspectos físicos do ambiente como no que tange questões econômicas e sociais.

ELEMENTOS GEO-HISTÓRICOS

O distrito de Porto Mendes está localizado a 36 km da cidade de Marechal Cândido Rondon, no sentido Oeste, na margem esquerda do rio Paraná, fazendo fronteira com o Paraguai. A geologia corresponde a Formação Serra Geral do Grupo São Bento, constituída por derrames vulcânicos de idade jurássica-cretácica que deram origem a rochas predominantemente basálticas (MINEROPAR, 2001). Apresenta vales abertos de topografia plana e suave ondulada, com cotas altimétricas que variam de 215 metros a 320 metros. A precipitação média é de cerca de 1.900 mm.

O solo está distribuído nas vertentes de forma relativamente homogênea, predominando o solo Latossolo Vermelho Eutroférico, com horizonte (A) e (Bw), argiloso e profundo. Nos segmentos de baixa vertente encontram-se faixas de horizonte (B nítico) entre o horizonte (A) e o horizonte (Bw). A presença de matas ocorre em alguns pontos isolados em média alta e baixa vertente, e na forma de mata ciliar em algumas margens dos córregos. Também há matas nas margens do Lago em uma faixa de aproximadamente 150 metros, que foram reflorestadas no período de formação do lago. Em algumas propriedades esta faixa foi desmatada para exploração agrícola ou para construção de estruturas com fins de uso turístico.

O uso do solo é feito por culturas temporárias nas propriedades maiores, enquanto que nas menores estas culturas são somadas à criação de animais (suínos, aves e/ou gado leiteiro). Destaca-se a grande quantidade de plantio de fumo, que é anexado a outras atividades como forma de aumentar a renda familiar. Atividades voltadas à exploração pesqueira também são representativas neste distrito, contabilizando aproximadamente 40 famílias envolvidas. A população total atual do distrito soma aproximadamente 1.680 habitantes (IBGE, 2000).

A área do município de Marechal Cândido Rondon fazia parte da Fazenda Britânia, que somava 274.846 hectares e pertencia à Companhia Madeireira Del Alto Paraná. No ano de 1946 a Fazenda foi adquirida pela empresa MARIPÁ (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A) formada, sobretudo, por comerciantes sulistas.

Segundo Wachowicz (1982) e Saatkamp (1984), os interesses da empresa estavam voltados à extração, beneficiamento e exportação de madeira, bem como à colonização da região. A ocupação da área foi realizada a partir da divisão das terras em pequenas propriedades com tamanho aproximado de 10 alqueires, sendo divididas de maneira que cada propriedade contasse com um curso d'água. A seleção das áreas era feita pelos próprios responsáveis da empresa, havendo o interesse de atrair comerciantes e agricultores experientes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com preferência a descendentes de italianos e alemães das religiões Protestante e Católica. Esta escolha releva, de certa forma, a opção etno-cultural dos diretores da Maripá, que resultou em uma relação de sintonia entre os representantes das duas religiões com a empresa, o que influenciou na produção de um imaginário social em torno da região Oeste no que tange noções de valores a cerca da família, do trabalho e da terra (MEZZOMO, 2002).

Embora a história de ocupação oficial do município data de década de 1950, a área correspondente ao distrito de Porto Mendes apresenta vestígios de ocupação que datam desde o século XVI. Foram encontrados registros arqueológicos de antigas tribos indígenas que viveram nas proximidades do distrito por volta daquele século. Entre estes registros estão peças líticas, cerâmicas, vítreas e metálicas. Estes achados demonstram que a região apresenta uma história de ocupação e uso da terra bem anterior a do século XX, evidenciando a dinâmica relação existente entre homem e natureza, em um processo que se resume em ocupar, usar e repassar os espaços.

No final do século XIX e início do século XX, o distrito também apresentou outras formas de ocupação que foram bastante significativas para a região. As propriedades que existiam na época eram chamadas de Obrages¹, sendo, em sua maioria, de domínio estrangeiro. Este modelo de terras utilizava a mão de obra barata dos mensus² para a exploração da erva-mate e madeira. O escoamento destes produtos ocorria via Rio Paraná, a partir de embarcações particulares que atracavam em pequenos portos ao longo do rio. Um grande representante das obrages que ocupavam a região Oeste, foi o argentino Julio Tomas Allica, proprietário de uma área de 400 alqueires, incluindo um porto, denominado de Porto Artaza fundado em 1902. A montante deste porto havia outros dois portos, o primeiro localizado na área do distrito em estudo, denominado de Porto Mendes Gonçalves que, mais tarde, veio a ser o responsável pelo povoamento do distrito, e outro pertencente a Companhia Mate Laranjeira S/A, empresa exploradora de madeira com sede no município de Guaíra (NIEDERAUER, 1992).

Estes portos escoavam a erva-mate e a madeira exploradas no Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo por meio do rio Paraná, tendo como destino o Paraguai e a Argentina. A produção do Mato Grosso encontrou, no início da exploração, as barreiras naturais das Sete Quedas no município de Guaíra. Para superar estas difi-

culdades, foi construída uma estrada de ferro pela empresa Mate Laranjeira entre os municípios de Guaíra e Marechal Cândido Rondon, somando 70 km de extensão. A produção então era transportada pelo rio Paraná até Guaíra e de lá seguia pela linha férrea até Marechal Cândido Rondon, sendo escoada novamente via rio Paraná a partir do Porto Mendes Gonçalves.

A dinâmica de exploração, produção e circulação de capital estrangeiro era considerável nesta região fronteiriça no início do século XX. Isso poderia ter sido um dos fatores para que nos anos de 1924 e 1925, passasse pela região da costa Oeste do estado (entre Guaíra e Foz do Iguaçu), a vanguarda revolucionária denominada de Coluna Prestes³. A presença da Coluna teve reflexos importantes, pois as suas ações ajudaram a revelar e desconstituir o sistema de opressão e violência em que estavam alicerçadas as obras, as quais, já estavam sofrendo pressão por outras instâncias⁴ (WACHOWICZ, 1982).

Por volta de 1944 e a partir do Decreto-Lei 6.428, os bens da companhia Mate Laranjeira (estrada de ferro e os Portos de Guaíra e Mendes Gonçalves) foram incorporados ao Patrimônio da União pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)⁵. Os motivos desta ação do Governo são explicados de diversas formas. Uma das explicações se refere a preocupação com a segurança da fronteira, uma vez que a navegação neste trecho do rio Paraná era feita, em sua maioria, por estrangeiros através do tratado da navegação internacional existente desde 1857. Para tanto, o SNBP estabeleceu uma linha nacional com um navio denominado de “Montenegro”, que realizava rotas comerciais e servia de ponto de observação para o Governo.

Durante alguns anos a região permaneceu com remanescentes das obras e trabalhadores paraguaios. Na década de 1950, a área foi desmembrada da fazenda Britânia, como forma de pagamento de dívidas da empresa Maripá, sendo repassada ao Grupo Dalcanale, que então providenciou a ocupação “oficial” por meio da colonizadora Pinho e Terras Ltda, que demarcou a sede da área, denominando-a de Porto Mendes, em homenagem ao capitão Heitor Mendes Gonçalves procurador da empresa Mate Laranjeira e um dos pioneiros no desmatamento da região e constituição do Porto Mendes Gonçalves (SAATKAMP, 1984).

Por volta de 1960, o distrito contava com cerca de 1.200 moradores, sendo que as primeiras instalações foram realizadas no entorno da linha férrea que ligava a região ao município de Guaíra. Embora a região parecesse distante de grandes áreas já povoadas como Cascavel e Foz do Iguaçu, apresentava boa estrutura em relação aos meios de comunicação, com linha de telefone e rádios amadores que permitiam a comunicação até mesmo com a cidade de São Paulo. Também contava com um grande número de estradas de rodagem que faziam a ligação com Foz do Iguaçu e Guarapuava e um considerável acesso marítimo permitindo a navegação da produção de Mato Grosso, São Paulo e Paraná com direção à Bacia do Prata no oceano Atlântico (OLIVEIRA, 1996; RECKERS, 2002).

Percebe-se que a dinâmica de uso e ocupação da região do distrito apresentou-se de forma constante ao longo do tempo, o que permite analisar um possível indício de crescimento econômico e social para um futuro próximo, uma vez que no final da década de 1970, a região já duplicara sua população e contava com outras infra-estruturas.

Porém, a década de 1980 que, aparentemente pretendia ser um período de expansão de capital na região, se transformou em uma década de lutas e perdas. A paisagem natural e construída foi transformada de maneira brusca, sem ao menos ser discutida e salva de forma menos problemática. O motivo para tais condições se refere à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, que precisou inundar grandes áreas às margens do rio Paraná, desde Foz do Iguaçu até Guaíra, para formação do seu reservatório que foi chamado de Lago de Itaipu. Esta inundação atingiu todas as estruturas, casas e terras cultiváveis as margens do rio, inclusive o Porto Artaza, o Porto Mendes Gonçalves, a estrada de ferro entre Marechal Cândido Rondon e Guaíra e inúmeros armazéns, comércio e moradias construídas no entorno do porto e ferrovia.

Como o distrito de Porto Mendes era representativo em termos econômicos e sociais para o município, houve a preocupação de preservar a memória da região. Para tanto, foi fundado no ano de 1981, um museu histórico chamado de Padre José Gaertner, localizado na nova sede do distrito. Este museu está organizado de forma que retrata os três momentos históricos vivenciados pelo distrito, apresentando artefatos da fase indígena (século XVI); equipamentos, ferramentas e fotos da fase do Porto Mendes Gonçalves (século XIX e XX); e utensílios e peças do período da colonização (século XX) – (Fotos 1, 2 e 3). Apesar da grande quantidade de peças que relembram aqueles períodos, muito do que se perdeu com a inundação jamais poderá ser exposto, como o apreço pelos bens e a vida cultural e social que existiam.





Fotos 1, 2 e 3: Três momentos históricos do distrito de Porto Mendes: 1-Índigena; 2-Porto Mendes Gonçalves (ocasião de inundação); 3-Colonização.

A RELAÇÃO DO DISTRITO COM O LAGO DE ITAIPU

A construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional formou um reservatório com 1.350 km² e 170 km de extensão, banhando 16 municípios brasileiros e atingindo uma população estimada de 40 mil pessoas.

As áreas inundadas para formação do reservatório foram, e ainda estão sendo, compensadas com o pagamento de *royalties* pela empresa Itaipu. Entre os que recebem os *royalties* estão: o Governo do Mato Grosso do Sul, o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, o Ministério de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os municípios limieiros que recebem *royalties* são: Mundo Novo, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Misal, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Terra Roxa, Guaíra e Marechal Cândido Rondon (ITAIPU, 2006).

A entrada de dinheiro dos *royalties* aliada a outros fatores oriundos da formação do Lago, estabeleceram uma nova dinâmica no desenvolvimento da região Oeste do Estado, com a reestruturação das atividades produtivas como o turismo, o lazer, a pesca, e a formação de um comércio de energia inter-regional. Isso levou a mudanças do planejamento local e regional em busca de um melhor desempenho dos indicadores socioeconômicos, uma vez que os que existiam sofreram direta ou indiretamente mudanças consideráveis (PIACENTI et al., 2003).

Os 15 municípios paranaenses banhados pelo Lago formam a chamada Costa Oeste, que se destaca, atualmente, pela exploração turística e de lazer do Lago de Itaipu, pela riqueza ambiental com a presença de dois parques nacionais (Iguaçu e Ilha Grande) e também pela grande quantidade de questões que envolvem a desapropriação de terras para a formação do Lago, com suas inúmeras consequências econômicas, sociais e culturais.

O município de Marechal Cândido Rondon é banhado pelo Lago na sua porção Oeste. A formação do lago atingiu cerca de 1.390 propriedades rurais e 76 propriedades urbanas, afetando cerca de 10.600 pessoas, o que representou 17% da população total do município da época (56.210 habitantes em 1980, atualmente soma 41.007 habitantes) e 12% de sua área (Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, 2006).

As consequências da construção da barragem e da formação do Lago ainda aguardam estudos específicos e comprovativos no que tange as questões ambientais. Para tanto, os impactos podem ser previamente analisados a partir do conhecimento dos principais problemas que podem ocorrer durante e após a construção, independente da obra. Conforme Souza Filho⁶, Muller (1995) e Stipp (org., 1999), os problemas verificados durante a construção deste tipo de obra caracterizam os chamados *impactos diretos*, que ocorrem, principalmente, sobre as vertentes, o canal, o clima e o meio biológico.

Vertentes: os impactos provocam modificações morfológicas afetando na posição do lençol freático, na forma da encosta, na cobertura vegetal, no uso do solo, nas áreas encharcadas e, ainda, nos tipos de solo. Além destas modificações, ocorrem também impactos referentes aos processos provocando alterações no escoamento superficial, na infiltração, na evapotranspiração, no suprimento de sedimentos, no aumento da vazão de contribuintes, na desestabilização de vertentes e na erosão marginal;

Canal: as alterações estão relacionadas com a morfologia e dinâmica. A morfologia sofre com a submersão do canal e da planície, além de recursos minerais, das vertentes e da vegetação, com a formação de ilhas e rasos. No que tange à dinâmica, os impactos correspondem à redução de velocidade de fluxo, modificação das características da água, retenção de sedimentos, assoreamento, erosão marginal, desestabilização de vertente, oscilação de nível, trapeamento de compostos químicos e controle de vazão;

Clima: destacam-se as modificações que ocorrem a partir da alteração do albedo que leva a mudanças de temperatura, umidade, evapotranspiração e dos ventos dos arredores dos reservatórios;

Meio biológico: os impactos provocam na fauna a perda dos seus habitats e extinção de espécies. Já a flora, se não explorada/catalogada adequadamente antes da inundação, pode representar um grande patrimônio submerso, e sua ex-

ploração pós-reservatório, seria uma tarefa quase que inviável devido aos grandes custos e a dificuldade de trabalho.

Os impactos que ocorrem no período de pós-construção são denominados de *indiretos*. Podem ser medidos a curto, médio e longo prazo e envolvem questões socioeconômicas, culturais e ambientais, relacionadas, basicamente, com a população e com o uso do solo no entorno da área da barragem.

Segundo Rosa (apud. Müller, 1995) cada comunidade e, dentro delas, os grupos sociais, é regida por um conjunto de capacidades adquiridas, associadas às preferências, relacionamentos, hábitos e comportamentos socialmente produzidos que constituem sua cultura. Cada grupo tem sua maneira de relacionar-se com outros grupos e comunidades, construindo um ideal social. Neste sentido, as alterações do meio físico afetam, diretamente, as questões socioeconômicas e culturais, pois, um alagamento submerge propriedades, vilas e cidades, levando parte da história, cultura e modo de viver (hábitos e convivência social) das pessoas atingidas, sendo necessário uma recolocação parecida com o que antes era vivenciado, com toda assistência necessária (social, saúde, trabalho) – (PIACENTI et al., 2003).

No caso de Itaipu, este processo de recolocação não ocorreu, pois a empresa apenas indenizou os proprietários em valores correspondentes à quantidade de terras perdidas. Como a empresa paga *royalties* aos municípios atingidos, discute-se que estes deveriam ter a função de readequação da população, porém, não se têm registros de planos de ação direta sobre esta questão.

Devido a isso, ocorreram muitos problemas que alteraram o sistema populacional local e microrregional. No caso do distrito de Porto Mendes, os problemas vivenciados pela população atingida se referem à perda de áreas produtivas e de mão-de-obra; perda da identidade cultural e relacionamento social; êxodo rural que refletiu no aumento da população urbana⁷; migrações para outros municípios ou estados devido a não adaptação à nova propriedade ou moradia; diminuição do tamanho da nova propriedade devido ao aumento do custo das terras; falência de propriedades devido à troca de atividade produtiva sem experiência; entre outros. Também se destaca a perda das atividades relacionadas à navegação (Porto Mendes Gonçalves) e a linha férrea.

A grande maioria dos atingidos recebeu indenização pelos bens, embora esta questão também seja discutível no que tange valores. Outro fator se refere a questão das mudanças sociais e até mesmo culturais, pois já havia se consolidado uma infra-estrutura (casas, clube, comércio) que abastecia o cotidiano dos moradores e comerciantes.

Outras conseqüências referentes à formação do Lago, dizem respeito à ocupação do seu entorno por outras atividades, voltadas, principalmente, para o lazer, recreação e turismo. Estas atividades emergiram com uma nova dinâmica, ora vista como uma nova alternativa que gera benefícios socioeconômicos, ora vista como um novo fator gerador de impactos, principalmente ao ambiente.

Atualmente a área banhada do distrito de Porto Mendes, é utilizada para esportes náuticos em praias lacustres, pesca, trilha ecológica e eventos esportivos e culturais, como a pesca esportiva (torneio de pesca esportiva ao Tucunaré e Prova aberta de pesca da Corvina). A maior atração é uma praia artificial que faz parte do Parque de Lazer Annita Wanderer. Ocupa uma área de 13,05 hectares e dispõe de infra-estruturas básicas para a área de camping, restaurantes, atracadouros, quadras poliesportivas, além de área de banho (Foto 4). A quantidade de pessoas que frequentam este ambiente soma, aproximadamente, cerca de 20.000 pessoas⁸ por temporada, que corresponde às estações quentes (primavera e verão).



Foto 4: Distrito de Porto Mendes ao fundo e Parque Annita Wanderer à frente junto ao Lado de Itaipu.

O distrito faz parte do Projeto Costa Oeste desenvolvido pelo Governo do Estado, que visa o desenvolvimento sócioeconômico da região lindeira ao Lago de Itaipu. A proposta do projeto fundamenta-se basicamente nos seguintes segmentos turísticos: ecoturismo, turismo náutico, esportes e aventura. Estas atividades funcionam a partir do chamado Roteiro dos Caminhos Integrados que é dividido em três partes: Caminho das Águas, Caminhos Rurais e Ecológicos e Caminhos da Colonização.

Anterior a este projeto, no ano de 1997, o Governo do Paraná implantou seis Bases Náuticas ao longo do Lago de Itaipu, e entre estas, uma em Porto Mendes, com o propósito de induzir o desenvolvimento regional por meio da realização dos Jogos Mundiais da Natureza, que tinha como objetivo inicial, integrar-se ao calendário do Comitê Olímpico Internacional de esportes. A exploração turística das Bases visava promover uma sinergia entre os demais equipamentos no entorno do lago, norteando a ocupação ordenada das penínsulas por empreendimentos que conciliassem o uso

turístico a outros usos, como as atividades agropecuárias e, sobretudo, às medidas de proteção ao meio ambiente. A essas áreas foi atribuída a denominação de Distritos Turísticos, com a intenção de que os municípios perpetuassem a iniciativa do Estado, promovendo o desenvolvimento da região, associando os interesses de sua comunidade a uma visão de complementaridade (www.portaloeste.com.br).

Mas estes objetivos não foram alcançados e todo investimento realizado é questionado por diferentes segmentos da sociedade pela falta de planejamento e viabilidade, já que algumas das Bases (entre elas a de Porto Mendes) estão em completo abandono desde a realização dos jogos, representando um grande desperdício do dinheiro público. A intenção de contribuir com o desenvolvimento turístico planejado não despontou por vários motivos, e entre eles, a falta de apoio e acompanhamento por parte do Governo do Estado diante do projeto de Distritos Turísticos.

As atividades desenvolvidas no distrito de Porto Mendes a partir dos atrativos do Parque são vistas como de fundamental importância para alguns moradores, sendo uma grande fonte econômica. Por outro lado, é uma atividade sazonal, já que a grande maioria das atividades só funciona nas estações quentes. Devido a isso, são fontes econômicas paralelas dos comerciantes, os quais muitas vezes, não residem no distrito, se deslocando temporariamente para a área (parque) durante a temporada.

Coriolano (2001) destaca que o turismo e o lazer teriam, essencialmente, um caráter social por envolver antes de tudo, pessoas e em segundo plano, uma atividade econômica por envolver capital, precisando assim, ser tratado de forma científica e não casual. Por outro lado, o que se percebe, é que o lazer e turismo passaram a serem considerados como uma grande indústria e, assim, como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais (MENDONÇA, 2001).

Isso leva a um processo que envolve muitas questões como a especulação imobiliária, problemas com saneamento básico, aumento de resíduos e mudanças infra-estruturais, sociais e até mesmo culturais. No caso do distrito de Porto Mendes, o grande número de visitantes durante a temporada (cerca de 20.000) provoca um aumento brusco de necessidades básicas. Conseqüentemente, questões sanitárias, de resíduos e de abastecimento básico podem se tornar fatores de risco, contaminando o lençol freático e a água do Lago que é utilizada por banhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere às atividades de lazer e turismo, que são consideradas como a terceira maior fonte de renda do mundo e por isso, um produto social em permanente processo de transformação, seu desenvolvimento deve ser bem pla-

nejado e acompanhado, de modo que não se torne uma ameaça ao ambiente e às pessoas envolvidas (MIDAGLIA, 2001).

A falta de planejamento diante da ocupação do meio físico é um fator grave que ocasiona inúmeras conseqüências. Muitas vezes isso ocorre devido à ausência do conhecimento *in loco*, pois alguns projetos de desenvolvimento, tanto em relação a expansão urbana como a políticas agrícolas, são elaborados apenas em gabinete, ignorando a importância do conhecimento das particularidades do ambiente. Isso compromete o desempenho dos projetos, pois deixa de considerar características relevantes que exprimem as reais condições destes ambientes e que por vezes são de fundamentais para a sua manutenção.

Sobre os fatores históricos que envolvem o município, é importante destacar a influência que estes tiveram para a relação uso do solo e composição humana, uma vez que diferentes momentos e diferentes pessoas estiveram presentes neste contexto. Estas condições históricas, antrópicas e alterações físicas do ambiente, demonstram e de certa maneira comprovam, que a constituição da paisagem de qualquer ambiente não ocorre de maneira imediata. As mudanças na paisagem estão diretamente relacionadas com as condições antrópicas de fatores econômicos e sociais em um processo constante.

Em Porto Mendes a paisagem foi constituída a partir de diferentes elementos que estabeleceram mudanças significativas na paisagem da área, influenciando tanto na dinâmica física do ambiente (desmatamento, formação do Lago e suas conseqüências) como nos aspectos antrópicos, pois se as relações políticas e econômicas do início do século XX tivessem continuado, a área hoje provavelmente teria uma dinâmica bem diferente e a paisagem talvez, estaria ainda mais modificada.

De acordo com Penteado-Orellana (1985, p.126), "*o relacionamento de uma comunidade com o meio físico é função da cultura do povo, do seu modo de vida, dos seus desejos, de suas aspirações e do conhecimento adquirido através das gerações*". Assim, a paisagem pode ser considerada como o reflexo da concepção de natureza que o homem/sociedade concebem para aquele determinado período histórico. Neste caso, temos diferentes momentos históricos e, portanto, diferentes paisagens.

NOTAS

- ¹ Segundo Wachowicz (1982, p. 44) as obras correspondiam a grandes propriedades, com uma forma de exploração típica de regiões cobertas por matas subtropicais em territórios, tendo por objetivo a extração de erva-mate e madeira.
- ² Colodel (1988, p. 53) destaca que mensus era uma designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obra, sendo pagos mensalmente. A expressão vem do espanhol *mensual*, que significa mensalista. Geralmente eram remanescentes indígenas, paraguaios e argentinos.

- ³ Formada por militares e civis paulistas e gaúchos, era liderada por Luís Carlos Prestes. A Coluna contava com aproximadamente 1.600 integrantes que percorreram cerca de 24 mil km do território brasileiro. Realizavam uma espécie de trabalho de base entre as camadas populares pregando a destituição do governo de Arthur Bernardes e a necessidade de mudanças políticas, sociais e econômicas para o Brasil.
- ⁴ Alguns fatores que levaram a eliminação das obrages na região Oeste do Paraná e, conseqüentemente, à diminuição de capital estrangeiro, fator preocupante para a época, se referem ao aumento da produção de erva-mate na Argentina e conseqüente diminuição das importações do Brasil e a campanha de nacionalização da fronteira realizada pelo governo de Getúlio Vargas (década de 1930).
- ⁵ Autarquia do Governo Federal subsidiada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.
- ⁶ Baseado no que foi visto dentro da disciplina "Impactos Ambientais de Grandes Obras de Engenharia", do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UEM – Mestrado, ministrada pelo Professor Doutor Edward Elias de Souza Filho.
- ⁷ Pfluck (2002) destaca que a desapropriação de cerca de 12% da área do município para a construção do Lago de Itaipu ocasionou o êxodo rural e registrou o aumento da população urbana de 16,4% no início da década de 1970, para 44,6% em meados de 1980.
- ⁸ Dados contabilizados pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon por meio de cobrança de entrada de visitantes ao parque na temporada de 2004/2005.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. (1994) Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. *In: Müller-Plantenberg, C.; Ab'Saber, A. N. (Orgs.) Previsão de Impactos*. São Paulo: Edusp. p. 27-50.
- COELHO, M. C. N. Impactos Ambientais em área urbanas: Teorias, Conceitos e Métodos de pesquisa. *In: GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (orgs) Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COLODEL, A. (1988) **Obrageros e companhias colonizadoras – Santa Helena na História do oeste paranaense até 1960**. Cascavel: Educativa.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (2001) Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. *In: LEMOS, Amália Inês (org.) Turismo: impactos socioambientais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec. p. 93-103.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 04 de maio de 2006.
- ITAIPU. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2006.
- MENDONÇA, R. (2001) Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? *In: LEMOS, A. I. (org.) Turismo: impactos socioambientais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec. p. 19-25.
- MEZZOMO, F. A. (2002) **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste. 208 p.
- MIDAGLIA, C. L. V. (2001) Turismo e meio ambiente no litoral Paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. *In: LEMOS, A. I. (org.) Turismo: impactos socioambientais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec. p. 32-56.

MINEROPAR (Minerais do Paraná S/A) – **Projeto Riquezas Minerais: Avaliação do potencial mineral e consultoria técnica no município de Marechal Cândido Rondon**. Relatório Final. Curitiba: 2001. 69p.

MÜLLER, A. C. (1995) **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books. 412 p.

NIEDERAUER, O. H. (1992) Toledo no Paraná, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Manz. 285 p.

OLIVEIRA, M. A. C. (1996) **A ocupação do espaço e do meio ambiente em Porto Mendes**. Monografia (Graduação em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

PENTEADO-ORELLANA, M. M. (1985) Metodologia integrada ao estudo do meio ambiente. In: **Geografia**. Rio Claro, v.10, n.20, p. 125-148.

PFLUCK, L. D. (2002) **Mapeamento Geo-ambiental e planejamento urbano (Marechal Cândido Rondon-PR / 1950-1997)**. Edunioeste: Cascavel.

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; KARPINSKI, C. PIFFER, M. (2003) **Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional**. In: Revista Paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n.104, p.103-123, jan/jun.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em <<http://www.mcr.gov.br/>>. Acesso em 04 de maio de 2006.

RECKERS, C. C. (2002) **Memória do museu de Porto Mendes**. 48 f. Monografia (Graduação em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (1988) **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares**. Aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais. Rio de Janeiro, AIE/COPPE: Marco Zero/CNPq. 199 p.

ROSS, J. L. S. (1996) Geomorfologia aplicada aos Eias – Rimas. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SAATKAMP, V. (1984) **Desafios, lutas e conquistas: História de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE.

STIPP, N. A. F. (org.) (1999) **Análise Ambiental – Usinas Hidrelétricas: uma visão interdisciplinar**. Londrina: UEL/NEMA.

WACHOWICZ, R. C. (1982) **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina.

Turismo da Costa Oeste. Disponível em <<http://www.portaloeste.com.br/>> Acesso em 10 de maio de 2006.